

MUNICIPIO DE VERA CRUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

ATA Nº 128 /2019

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às 18h, reuniram-se na Sala de reuniões dos Conselhos Municipais de Vera Cruz-RS, situada na Avenida Nestor Frederico Henn, 1645, Vera Cruz – RS, para reunião ordinária do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Cintia Jaqueline Silveira, Dilceu Moraes, Liria Marcia Weiland, Leila Adriane Adiers Griebel, Clari Teresinha Mattes e sua suplente Juliete Goecks Machemann Keller, Jeferson Klunk e Bernadete Maria Frantz e seu suplente Cristian Wagner. Estava presente Caroline Ortolan, nutricionista da Gestão da Alimentação Escolar. A presidente, Cintia, saúda os presentes e solicita a leitura da ata anterior. A ata é lida. O conselheiro Dilceu questiona se não deveria constar o nome dos conselheiros que fala na ata “*Conselheiro relata que na sua entidade, a empresa chegou com o laudo para entregar e perguntou se realmente era para limpar a caixa da água ou só o papel serviria*”. Conversam sobre e concluem que não há necessidade de constar na ata pois não tem haver com o CAE. Caroline, nutricionista da Gestão, se manifesta e diz que consta na ata questões sobre a EMEF São Francisco e ela não estava mais presente e nem a Clari para falar sobre. Clari diz que estava no horário e teve que ir embora, ficando chateada com a situação, pois ela e a nutricionista tinham saído e já havia passado a hora da reunião e continuaram discutindo, sobre a situação da escola dela, e após a reunião o conselheiro Dilceu relatou para a Caroline e não estavam presentes para esclarecer. Caroline, a nutricionista, relata o que foi falado e pede para Clari explicar. Clari explica que estavam sem merendeira e a Caroline gentilmente forneceu pão e frios para fornecer algum alimento para as crianças. Sugeriu fazer pão com carne moída e com frango assado. Aconteceu que os frios já haviam chegado uma certa quantidade e foi sugerido cancelar o restante, mas o produto (queijo) já estava a caminho, não tinha mais como cancelar somente o presunto. Clari informou que daria um jeito de consumir o queijo utilizando em diferentes pratos. E na semana seguinte veio a visita do CAE, portanto tinha grande quantidade do produto. Juliete lembra que há informações desconstruídas, pois foi a própria escola que relatou. Discutiu-se sobre a questão. A presidente Cintia, retoma a palavra e diz que normalmente a reunião tem a duração de uma hora e naquela reunião havia muitos relatos de visitas na pauta, portanto, questionou aos conselheiros se poderiam avançar no horário além de uma hora, todos optaram em continuar e havia quórum, e as questões pendentes sempre são vistas após para serem esclarecidas, e todos os conselheiros que realizaram a visita na escola citada estavam presentes no momento da reunião. E sempre as questões pendentes são encaminhadas após, para esclarecimentos, conforme deliberação dos conselheiros. Caroline, a nutricionista, interfere colocando que sempre tente agilizar para que as questões sejam resolvidas, somente não é resolvido quando a informação não chega a ela, independente de quem a faz (pais, professores, prefeito, diretores, comunidade, entre outros). Cintia retoma a palavra para dar continuidade a pauta. Caroline diz que tem outro assunto para esclarecer, pena que a conselheira Marcia não esteja presente, que é sobre a questão da barba do merendeiro, que não usa máscara. Relata que no dia após a reunião do CAE em conversa com a diretora Deise, questionou-a sobre o uso da máscara pelo seu merendeiro. Como a questão não estava controlado foi realizada visita por ela a escola, na qual foi bem transparente na fala com o mesmo. Relatou a ele que o CAE também apontou a necessidade de usar a máscara ou retirar a barba, não citando nome de alguém e gostaria que ficasse esclarecido isso. Também relata que a Samia, conselheira do CAE e nutricionista da Saúde, falou com a Márcia esclarecendo a questão. O conselheiro Jeferson questiona se o problema está resolvido. Caroline afirma que sim, está resolvido. Cintia diz que o papel do CAE é que os problemas levantados sejam resolvidos para que sejam cumpridos o que é de competência quanto a alimentação escolar e assim melhorar cada vez mais a qualidade do alimento oferecido. E o papel do CAE é tratar todos, de forma igualitário, sem privilegiar ninguém. Caroline, retoma a palavra novamente a palavra e diz que não tem como estar presente em todas as escolas e nisso o CAE é parceiro e contribui

muito. Após as questões esclarecidas, a presidente coloca a ata em apreciação e é aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Cintia apresenta a pauta. Cintia lembra que com a saída do conselheiro vice-presidente, Geraldo Back, estamos sem vice-presidente e teremos eleger o vice-presidente. Os conselheiros conversam e elegem por unanimidade como vice-presidente, o conselheiro Cristian Wagner. Na sequência, Cintia relata que leu toda a Lei Federal nº 6.434/1977, que Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, recebida pela Vigilância Sanitária, onde trata a questão referente ao alvará sanitário. Cintia diz que não encontrou na leitura onde fala que os estabelecimentos públicos não necessitam de alvará sanitário conforme foi relatado pela fiscal da Vigilância na reunião anterior. Conversam sobre o assunto e resolvem ler a mesma e Cintia solicitará a Iris verificar em qual artigo consta ou pedir informações a Vigilância Sanitária. Prosseguindo, Cintia inicia a pauta das visitas às escolas e questiona se alguém foi na Feira da Roça e observou a questão da produção dos alimentos dos produtores que fornecem o alimento. A conselheira Bernadete relata que estava muito quente no dia e as hortaliças colhidas logo murchavam devido o calor. Jeferson fala dos dados das crianças do município que foram apresentados em Vale Verde. Caroline inicia relatando que a cinco anos atrás quando entrou no município, presenciou que somente 62% das crianças das EMEIs estavam com o peso adequado. Naquele momento foi averiguar o por quê que isso estava acontecendo? Verificou que os cardápios eram compostos por muitos produtos industrializados e frituras como pastéis, almondegas, entre outras. A partir dessa constatação resolveu fazer uma readequação dos cardápios oferecendo alimentos mais saudáveis, procurando junto a agricultura familiar para fornecer alimentos *in natura* e assim mudando a realidade. Jeferson complementa que desde que a Caroline entrou e iniciou este trabalho, a COOPERVEC se formou e ambos foram ao encontro, a visão e a organização dela facilitou o desenvolvimento. Caroline continua relatando que após dois anos depois os índices começaram a melhorar e atualmente temos quase 90% das crianças em adequação de peso, tudo por causa desses alimentos fornecidos serem naturais, com isso pode se concluir que alimentos *in natura* e orgânicos funciona muito. Dirceu lembra que retirando o doce de leite e entrando o melado, mais alimentos industrializados com corantes serão retirados. É conversado que alimentos com muito tempo de validade deve ser produtos com muito corante e produto químico para que possa ter tanto tempo de vida útil. Caroline e Jeferson, lembram sobre as conquistas dos últimos anos como a aquisição de equipamentos (Câmara fria, freezer, entre outros), assistência técnica para os produtores rurais, inserção da produção de alimentos orgânicos e exclusão da comemoração de aniversários nas escolas com alimentos externos, enfim muitas ações que auxiliaram no desenvolvimento para se ter uma alimentação escolar mais saudável. E nisso o CAE tem papel importante. Caroline relata que uma administração pública que pensa e incentiva a alimentação saudável é uma administração que pensa no desenvolvimento e na economia. Caroline cita como exemplo a obesidade que quando controlada se garante uma vida saudável e assim evita que essa pessoa se torna uma pessoa doente, por isso da importância de se prevenir, e se prevenindo diminui as filas no SUS. Jeferson intervém deixando como sugestão para 2020 se pensar uma mostra da COOPERVEC junto as escolas, de forma que aproxime a cooperativa com as escolas. Caroline diz que em fevereiro será apresentado os agricultores com os produtos para os merendeiros com objetivo de se conhecerem e melhorar ainda mais a qualidade dos alimentação escolar. Cintia relata que defende de as escolas terem hortas escolares e isso conversou com o diretor da EMEF Gonçalves Dias. Os conselheiros conversam concomitantemente sobre o assunto. Caroline diz que uma ação importante que ocorria eram os dias de campo, mas isso acabou não mais acontecendo porque os professores não acharam mais importante e por isso acabou não mais acontecendo. Caroline explica aos conselheiros como funciona o dia do Campo. Conversam sobre isso e da importância. Clari relata a experiência da EMEF São Francisco em relação a horta onde tem o apoio da agente da saúde, e também as oficinas que estão acontecendo e mesmo assim tem problemas com a obesidade. Conversam sobre os avanços e a influência cultural. Cintia retoma a pauta onde são apresentados o relato das visitas das EMEF Sagrado Coração de Jesus, EMEF Prof. Henrique Candido Pristch e EMEF Júlio de Castilhos e na sequência elaboram os pareceres de cada escola, a qual será encaminhada cópia para as respectivas escolas e ao gestor (Secretário Municipal de Educação). Cintia diz que foi relatado que a merendeira

é novata e inexperiente e questiona se há treinamento. Caroline diz que todas que entram tem treinamento. Cintia sugere que a mesma tenha um acompanhamento mais contínuo principalmente na separação dos alimentos e do material de higiene. Na sequência, Dilceu questiona quem é a Secretária do CAE e o não gostaria que as reuniões fossem gravadas. Nada mais a tratar foi encerrada a presente reunião, lavrou-se a presente ata que após de lida e aprovada será assinada pela presidente e demais conselheiros. Município Vera Cruz, 20 de novembro de 2019.